

“Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político

Entrevista com *Alice Krieg-Planque*
por *Philippe Schepens*

Interessado no caminho seguido por Alice Krieg-Planque em seu livro *Purification ethnique: une formule et son histoire*, o Laseldi* pediu à autora que expusesse seus métodos e posições teóricas. Depois de haver situado a noção de “fórmula” e situado suas posições na continuidade de outros trabalhos sobre os discursos políticos, Krieg-Planque precisa algumas etapas dos percursos que lhe permitiram esse caminho. No plano metodológico, a ênfase é posta na constituição do *corpus*, por meio das questões relativas à filtragem dos dados e das possibilidades de contagem. Essas considerações levam a reflexões teóricas, especialmente sobre a importância do interdiscurso. Além da noção de “fórmula”, a de “lugares discursivos” é exposta segundo uma concepção dos discursos muito atenta às materialidades e constitui uma proposta para quem quer apreender os discursos através das diferentes formas de cristalização que eles modelam e fazem circular. Nessa direção, a autora aborda também a questão da interdisciplinaridade e da maneira pela qual a Linguística e a Análise do Discurso podem, ou não, estar em contato com outras disciplinas (Ciências da Informação e da Comunicação, em particular). Enfim, em diversos pontos

* N. T. : Laboratoire de sémio-linguistique, didactique et informatique, ligado à Maison des Sciences de l’Homme Claude-Nicolas Ledoux, com contribuições a dois de seus polos de pesquisa: “Archives, Bases, *Corpus*” (polo 3) e “Transmissions, métissages, novations, utopies”: “Cité réelle, Cité idéale: Représentations, Pratiques, Actions et Utopies” (polo 2).

da entrevista, Krieg-Planque propõe seguir na exploração de certas noções e objetos: a noção de “contradiscurso” (central segundo o pano de fundo bakhtiniano do trabalho), a noção de “interpretante razoável” (convocada para a constituição do *corpus*), a noção de “acontecimento de discurso” (constitutiva da dimensão reflexiva das fórmulas), a fórmula “desenvolvimento durável” (crucial nas questões políticas e sociais contemporâneas)...

Linguística e Comunicação

PS: Seu trabalho suscita, em nosso laboratório, muito interesse: ele se situa na Análise do Discurso, desenvolve um ponto de vista amplamente sustentado sobre um pano de fundo bakhtiniano, reunindo um *corpus* enorme, que se estende por um longo período; de nossa parte, começamos a nos perguntar como trabalhar com *corpora* eletrônicos de imprensa, que vêm se tornando cada vez mais disponíveis. Embora seus desenvolvimentos não cubram completamente esse domínio, eles têm para nós um papel precursor. Um dos problemas postos para a análise de *corpora* muito extensos é encontrar ao mesmo tempo o que vai filtrar os dados e o que vai exercer o papel de interpretante. Parece que você se empenha numa reflexão profunda sobre a noção de fórmula. Gostaria que retomasse as etapas metodológicas e as considerações epistemológicas que conduziram você a esta definição:

Em um momento do debate público, uma sequência verbal, formalmente demarcável e relativamente estável do ponto de vista da descrição linguística que se pode fazer dela, põe-se a funcionar nos discursos produzidos no espaço público como uma sequência tão partilhada quanto problemática. Empregada em usos públicos que a investem de questões sociopolíticas por vezes contraditórias, essa sequência conhece, então, um regime discursivo que faz dela uma *fórmula*: um objeto descritível nas categorias da língua e cujo destino – ao mesmo tempo invasivo e continuamente questionado – no interior dos discursos é determinado pelas práticas languageiras e pelo estado das relações de opinião e de poder em um momento dado no seio do espaço público. (Krieg-Planque, 2003: 14)

AKP: Antes de mais nada, eu gostaria de lhe agradecer pela iniciativa de fazer essa discussão, e registro meu apreço pela revista *Semen* e pelo Laseldi, por acolherem nosso debate.

O livro que publiquei pela CNRS Editions, com 523 páginas, é volumoso. Apesar disso, ele resulta apenas de dois dos seis capítulos da tese que defendi em 2000. Para a publicação em livro, não mantive o primeiro capítulo da tese, que se intitulava “A noção de fórmula: circunscrição do objeto e observações teóricas”. Graças a essa amputação e outras, o livro é legível, bem centrado na análise da fórmula “purificação étnica” e sobre os resultados obtidos. Mas eu acho que certas ausências se fazem sentir. A entrevista de hoje me dá ocasião de precisar certos pontos do trabalho e eu lhe agradeço muito por isso. É sem dúvida graças aos cortes realizados que o livro pode ser bem acolhido por disciplinas e por revistas tão diversas: nas Ciências da Linguagem, certamente, mas também em Ciência Política, História, Sociologia, Ciências da Informação e da Comunicação, Estudos Balcânicos, igualmente, e mesmo nas revistas de debate e de ideias, já que a própria tese é claramente uma tese de Ciências da Linguagem. Mas é também por causa dessas supressões que esse copioso volume tem um gosto de quero mais: como costuma acontecer com os livros, aparece pouco o trabalho – que é tão saboroso! – feito “na cozinha”.

Você acaba de ler a passagem na qual proponho uma caracterização da noção de fórmula. Recorri a ela para analisar um conjunto de discursos que se referem principalmente às guerras iugoslavas dos anos 1990, mas poderíamos também ver, dessa perspectiva, formulações como “direito de ingerência”, “mundialização”, “globalização”, “choque de civilizações”, “exclusão”, “fratura social”, “desenvolvimento sustentável”, “comércio justo”, “governo responsável”, “patriotismo econômico”...

Para me valer dessa noção, eu me apoiei no trabalho de Jean-Pierre Faye sobre a fórmula “Estado total” e sobre as pesquisas de Pierre Fiala e Marianne Ebel, em particular sobre as fórmulas “Überfremdung” (influência e superpopulação estrangeiras) e “xenofobia”, que se inscrevem explicitamente na perspectiva de Faye. Ao mesmo tempo, por definição, não posso dizer que empresto de Faye a noção de fórmula: o próprio projeto de Faye impede essa transferência. Jean-Pierre Faye tem por ambição colocar “a descoberto as condições da produção e da circulação das narrativas, e seu poder próprio” (Faye, 1973: 38), por meio do que ele chama de uma supernarrativa”, isto é, “uma narrativa das narrativas” (no caso, trata-se de narrativas produzidas por ideólogos e atores políticos no período entreguerras italiano e, sobretudo, alemão). A supernarrativa, escreve Faye, é um “processo de conhecimento” (Faye, 1973: 27) “que leva em conta os ‘fragmentos de narrativa’ e os desarticula, articulando-os em um outro nível” (Faye, 1972). O projeto da

supernarrativa tem por consequência que o pesquisador deve utilizar como metalinguagem os próprios termos de sua linguagem-objeto. Porque o projeto da supernarrativa carrega em si a ideia de que a história produz seus próprios conceitos, e que, por consequência, ela é sua própria metalinguagem: as palavras que pertencem às narrativas produzidas na história serão também as palavras utilizadas pelo historiador que fará a narrativa das narrativas. Se Faye fala de “a fórmula ‘Estado total’”, é porque o próprio Carl Schmitt falou de “fórmula” e porque Ernest Forsthoff havia dito: “O Estado total é uma fórmula”. Faye escolheu, então, o termo “fórmula” fora de qualquer referência a uma metalinguagem científica e, bem ao contrário, porque se trata, ela própria, de uma palavra da linguagem-objeto. De minha parte, eu teria podido invocar o fato de que comentadores – Faye diria “narradores” – das guerras iugoslavas qualificam como “fórmula” as expressões “purificação étnica”, “limpeza étnica” ou “depuração étnica”. Mas isso teria constituído uma tentativa desoladora de mascaramento da distância que tomo – e tenho que tomar – em relação a Faye. Prefiro dizer que meu trabalho deve muito à obra heurística de Faye, que encontrei em boa hora, mas que, fundamentalmente, meu trabalho trai essa obra, felizmente.

PS: Essa traição não é gratuita. Ela visa introduzir o verificável, o “falseável”, para usar uma palavra grandiloquente, ou mais simplesmente categorias de descrição mais estáveis.

AKP: De fato, a obra de Jean-Pierre Faye é a de um filósofo que tem em mãos a pena do poeta que ele também é em alguns momentos. A própria diagramação e a tipografia são partes integrantes de um trabalho singular do qual *Langages totalitaires* é a pedra angular, e do qual se encontram retomadas ainda vinte anos depois: *Le siècle des idéologies* (Faye, 1996a) e *Le langage meurtrier* (Faye, 1996b) (que é uma versão abreviada e revista de *Langages totalitaires*) testemunham, ao mesmo tempo, a escritura de Faye como estética da repetição e da retomada, e a dificuldade de Faye de avançar em algumas de suas proposições (Krieg-Planque, 2003).

Pierre Fiala e Marianne Ebel, desdobrando as ideias de Faye, de que são críticos familiarizados, introduziram na análise das fórmulas categorias úteis para a análise de discurso. Sua abordagem ajudou muito a precisar meu objeto, mesmo que, no fim das contas, eu tenha tido que me abastecer em outros lugares, no que se refere às categorias de análise às quais recorri. Pierre Fiala e Marianne Ebel têm um *corpus* e têm métodos (o que não fazia parte absolutamente dos propósitos de Faye). Eles procedem à análise de reformulações

parafrásticas, seguem os rastros de neologismos etc., e, de uma forma geral, levam as realidades linguísticas a sério.

PS: Como eles conceberam a noção de fórmula, da qual você diz que é “inimprestável”, e que, mesmo assim, eles põem em funcionamento?

AKP: P. Fiala e M. Ebel se interessam pelo emprego dos termos “Überfremdung” e “xenofobia” na Suíça francófona nas décadas de 1960 e 1970. O material sobre o qual trabalham é diversificado: textos legislativos, artigos publicados em dois jornais suíços francófonos, cartas de leitores dirigidas a esses jornais, textos sindicais, entrevistas com atores da política... A análise de Fiala e Ebel é particularmente centrada nas três campanhas de “votação” que, em 1970, 1974 e 1977, pediam aos cidadãos suíços que se pronunciassem pelo “sim” ou pelo “não” em relação a uma proposta de limitação da imigração. O objetivo dos autores é analisar, para além da diversidade das práticas languageiras, as unidades lexicais “Überfremdung” e “xenofobia”, na medida em que elas cristalizam temas sociopolíticos e assumem um funcionamento polêmico.

- A expressão “Überfremdung” (e suas diversas traduções) aparece bem antes das votações dos anos 1970. Encontra-se com todas as letras nos textos legislativos que gerem a Polícia dos Estrangeiros de 1917, 1919, 1921 e 1931. Mas é apenas nos anos 1960 que a expressão começa a se constituir em uma fórmula, isto é, a ser uma unidade que significa alguma coisa – mas não a mesma coisa – para todos, ao mesmo tempo em que se torna objeto de polêmicas. Um fato testemunha essa virada então operada pela expressão “Überfremdung”: alguns, sem razão, atribuem a paternidade dessa palavra apenas ao movimento antiestrangeiros de James Schwarzenbach. Em outras palavras, foi apenas nos anos 1960 que a expressão ganhou notoriedade, constituindo o que chamo, de minha parte, um “acontecimento de discurso” (Fiala e Ebel, 1983: 14). Os debates que acompanham as votações dos anos 1970 marcam uma reativação, sob a forma de *slogan*, dessa expressão que remonta à Primeira Guerra Mundial. Os movimentos antiestrangeiros preconizam a “luta contra o Überfremdung”. Reivindica-se o termo. Tenta-se defini-lo, para concluir daí que há ou não há “superpopulação estrangeira”. É em face dessa primeira fórmula que se constitui a fórmula “xenofobia”.
- “Xenofobia” e “xenófobo” são, de fato, utilizadas como termos de acusação aos partidários da luta contra a “superpopulação estrangeira”.

Elas visam “etiquetar os partidários das iniciativas antiestrangeiras, circunscrevê-las, condená-las de um ponto de vista moral, isolá-las politicamente” (Fiala e Ebel, 1983: 206). Nos debates que acompanham as votações, a acusação de xenofobia se constitui, escrevem P. Fiala e M. Ebel, “como referente social dominante, o que obrigou todo locutor, partidário ou adversário da iniciativa, a se posicionar em relação a ela. Nesse quadro, os partidários da iniciativa se encontram em posição de ‘resposta’ à acusação, e os discursos produzidos por eles só podem construir-se em torno da rejeição da fórmula. De fato, os adversários da iniciativa impuseram a asserção ‘você são xenóbobos’, que, designando-interpelando seus interlocutores, tomou a forma de uma acusação. Os partidários da iniciativa foram, assim, postos na situação de obrigar a defender-se” (Fiala e Ebel, 1983: 174).

PS: Fiala e Ebel insistem no fato de que uma fórmula é um referente social: dizendo que “Überfremdung” e “xenofobia” são referentes sociais, escrevem eles, “nós entendemos com isso que nos anos 1960-1980, todo leitor, individual ou coletivo, sabia ou pretendia saber o que ‘significavam’ essas fórmulas” (Fiala e Ebel, 1983: 173). Desse caráter de referente social da fórmula, Fiala e Ebel encontram manifestações na paráfrase e na circulação.

Enunciados parafrásticos como “Os estrangeiros são uma carga pesada para nossas instituições sociais” ou “Eles nos tomam nossas moradias” atestam, por exemplo, a existência de um tema que cristaliza a fórmula “Überfremdung”. Durante as campanhas do referendo, os termos “Überfremdung” e “xenofobia”, segundo os autores, “condensaram neles uma massa considerável de discursos, dos quais eles servem como equivalentes semânticos. Enunciar um ou outro era pôr em circulação significações múltiplas, contraditórias, que remetiam à existência de séries de enunciados parafrásticos, bem atestados, pelos quais os dois termos são definidos” (Fiala e Ebel, 1983: 177). Dizer das fórmulas que elas circulam é dizer que as pessoas falam delas, que seus lugares de surgimento se diversificam, que elas se tornam um objeto partilhado do debate. Ao lado da paráfrase, outro fenômeno chama a atenção dos autores: a “produtividade lexicológica” da fórmula. A palavra “xenófobo” dá lugar, de fato, a neologismos por derivação, tais como “xénophomatique” [“xenofomático”] ou “anti-xénophobe” [“antixenófobos”]. Esses fatos de neologia, escreve Fiala, “são significativos da circulação social da fórmula” (Fiala e Ebel, 1983: 176). Neologismos produzidos por lapso, como a palavra atestada “xénophone”

[“xenófono”] também são índices de que a fórmula se tornou uma passagem obrigatória dos discursos: “O locutor em situação de polêmica é levado a se apossar de um lexema que não lhe é familiar, ou a criar um com base em um esquema familiar” (Robin, 1986: 126). Criações voluntárias ou não, as proliferações lexicais da fórmula testemunham sua circulação no corpo social. Pode observar isso a propósito da fórmula “purificação étnica”, como qualquer um confirmará estudando outra fórmula (por exemplo, o estudo de “mundialização” leva a encontrar “macdonaldização”, e o de “fratura social”, a encontrar “fratura numérica”).

A importância dada por Fiala e Ebel à noção de circulação, em detrimento (o que não significa exclusão) da noção de produção, é uma questão de interesse maior em seu trabalho. Mostrando que, além da diversidade das práticas languageiras, e a despeito da evidente heterogeneidade dos discursos, fórmulas circulam e se impõem a todos com um sentido, ou, antes, com sentidos que são determinados por outros, eles invalidam a ideia de que os discursos são fechados sobre si mesmos. Através das noções de “referente social” e de “circulação”, Fiala e Ebel contribuem com o que Régine Robin chama de “um dos grandes deslocamentos da Análise do Discurso” (Fiala e Ebel, 1977): o deslocamento que começa a se operar no final dos anos 1970 e que consistiu em descompactar as formações discursivas, em pensá-las como abertas, permeáveis, heterogêneas. Um dos responsáveis por esse grande deslocamento, Jean-Jacques Courtine, já sublinhou a importância das proposições de Fiala e Ebel nesse contexto. Comentando um trabalho anterior de Fiala e Ebel (Courtine, 1981: 32), Courtine diz que as noções de “circulação”, de “fórmula” e de “referente social” “têm o interesse de tornar claro que os discursos produzidos a partir de posições ideológicas contraditórias não constituem entidades separadas, mas permanecem em contato pela circulação e pela troca de ‘fórmulas’ cujas condições importa definir a partir de uma pluralidade heterogênea de condições de produção” (Courtine, 1981: 32). Tentei mostrar o excelente fundamento de uma tal descompactação das formações discursivas, o que contribui para o “pano de fundo bakhtiniano” de meu trabalho que você muito bem sublinhava. Por exemplo, nos anos 1980, os discursos das autoridades comunistas iugoslavas e dos nacionalistas sérvios, de um lado, e os discursos dos nacionalistas albaneses, de outro, que são profundamente antagonistas em sua visão político-ideológica do mundo, permanecem em contato e dialogam por meio da “protofórmula” (o sintagma adjetival “eticamente puro”, pelo qual eles se acusam mutuamente), que é,

de certo modo, um “terceiro simbolizante”^{*} que catalisa o desacordo – e que torna possível sua manifestação discursiva.

Se Jean-Jacques Courtine via uma “vantagem” nas noções propostas por P. Fiala e M. Ebel, ele via nelas também um “risco”. Esse risco, Fiala e Ebel neutralizaram em seguida. Courtine temia que o postulado da homogeneidade, esvaziado com a noção de circulação, voltasse escamoteado, à revelia dos autores, impregnado na noção de referente social, suscetível, segundo Courtine, de induzir “uma concepção hegemônica da circulação das fórmulas no seio de um ‘mercado da troca discursiva’ que se confunde com o mercado da troca monetária e no qual as ‘fórmulas’, como moedas passando de mão em mão, receberiam o mesmo valor” (Fiala e Ebel, 1983: 174). Mas P. Fiala e M. Ebel sustentam uma concepção contextual do sentido, e insistem nisso: se há de fato um significante comum em circulação (a coroa da “moeda”, para retomar a metáfora de Courtine), o significado (no caso, a cara) está em perpétua redefinição, em razão mesmo de sua circulação. Nem todos inscrevem a mesma coisa no lado cara da fórmula, e é exatamente por essa razão que essa é a questão central nos debates. O que caracteriza a fórmula como referente social não é que ela seja unanimidade (já que, bem ao contrário, ela não produz consenso), mas é que ela representa, num momento dado, uma passagem obrigatória. A noção de referente social, explicam Fiala e Ebel, “não exprime de forma alguma a homogeneidade. Ela exprime o fato de que, em determinado estado das relações entre as forças sociais, surgem fórmulas na linguagem em relação às quais o conjunto de forças sociais e o conjunto dos locutores são constrangidos a tomar posições, a defini-las, a combatê-las ou a aprová-las, mas, em qualquer caso, a fazê-las circular de uma maneira ou de outra” (Faye, 1972: 41).

PS: As considerações epistemológicas que conduziram você a essa definição de “fórmula” estão se desenhando. De fato, encontramos no trabalho de Fiala e Ebel, tal como você o apresenta, ideias que são essenciais também para você.

* N.T.: Propomos aqui uma breve nota sobre a noção de *tiers symbolisant* [terceiro simbolizante] formulada por Louis Quéré. Em sua interpretação habermasiana do *Lebenswelt*, o autor propõe o conceito de *terceiro simbolizante* para referir algo como um plano normativo e representativo em que se baseia toda comunicação. Quéré diz que a comunicação se dá no cruzamento de dois planos – o da mensagem e o da metamensagem; a enunciação contém, então, um enunciado proposicional e um enunciado que define a relação interpessoal posta em jogo. Ocorre, porém, que o ato comunicativo não se define completamente nesses dois planos: há uma reflexividade que se desdobra do *tiers symbolisant*, elemento que permite a conjunção dos dois planos. Assim, o *tiers symbolisant* é uma elaboração coletiva e permanente em toda atividade comunicacional.

AKP: Sim, no que se refere ao quadro teórico global, não há dúvida. Assim como é nítido que meu trabalho se alimenta das reflexões políticas, intelectuais e acadêmicas dos anos 1975-1985 (que fui descobrindo também aí, nas glosas retrospectivas, já que nasci depois de 1968). Em compensação, eu quis conferir maior precisão a certas categorias – como de forma geral eu quis proceder com muito mais radicalidade em todas as direções, quando isso era possível. Por exemplo, procedi a medidas estatísticas das ocorrências da fórmula, medidas que não foram feitas no estudo de Fiala e Ebel (o que é surpreendente quando se conhece a fineza erudita com que Fiala faz uso hoje dos instrumentos informatizados para a análise dos dados textuais). Ou, ainda, observei com interesse – mas para não retomá-lo – o modo como Fiala e Ebel se dedicavam a pôr em evidência o caráter polêmico da fórmula “xenofobia”. Eles utilizavam a distinção “de re” e “de dicto”. Em minha pesquisa, é, mais amplamente, o caráter problemático (e não somente polêmico) que merece atenção. A dupla “de re”/“de dicto” desaparece, então, em favor de categorias inspiradas nas que Jacqueline Authier-Revuz propõe para pôr à luz as representações da heterogeneidade enunciativa.

Eis como Fiala e Ebel procederam. De um *corpus* de cartas de leitores, eles extraíram os enunciados que continham as palavras “xenófobo” ou “xenofobia” (bem como certas expressões consideradas equivalentes nesse contexto, tais como “racista” ou “ser contra os estrangeiros”), e as classificavam em duas séries: a série dos enunciados que podem ser interpretados como tendo um valor “de re” e a dos enunciados que podem ser interpretados como tendo um valor “de dicto”.

- À primeira série pertencem enunciados como “Nem todos os partidários da iniciativa Schwarzenbach são necessariamente xenófobos” ou “Eu os acho todos agradáveis [os estrangeiros] e não sou xenófobo”. A resposta à acusação de “xenofobia” tem, então, o modo de rejeição da predicação.
- À segunda série (“de dicto”) pertencem enunciados como “A palavra da moda para catalogar todos os que criticam os estrangeiros de uma forma ou de outra, virulenta ou não, é ‘xenófobo’. Eu não estou de acordo com esta qualificação”. Ou “Não temos o direito de emitir a menor crítica sem ser tachados de racistas ou de xenófobos!”. A resposta à acusação de “xenofobia” tem aqui o modo de uma contestação à própria palavra e, especialmente, é uma contestação feita a esta última pelos “antixenófobos”.

Para Fiala e Ebel, a noção de fórmula mantém um laço necessário com a existência de enunciados com valor “de dicto”: com o desenvolvimento da fórmula, os enunciados com valor “de dicto” se multiplicam, e os atores do espaço público começam a discutir sobre a própria palavra. Pode-se formular a hipótese – e foi a este viés que me dediquei intensamente em meu estudo da fórmula “purificação étnica” – de que a análise dessas “discussões” sobre a própria palavra é um meio privilegiado de compreender por que e como uma sequência verbal se torna uma fórmula. No entanto, as categorias “de re”/“de dicto” pareciam insuficientes para tal empreendimento de compreensão. Versões medievais da transparência e da opacidade, essas categorias têm o inconveniente de serem muito rudimentares do ponto de vista da Análise do Discurso. Saídas da tradição filosófico-lógica, elas se destinam a descrever as ambiguidades referenciais e certos paradoxos (“Felipe crê que a capital de Honduras fica na Nicarágua”) e, em seguida, a dar conta da ambiguidade do discurso indireto (“Édipo dizia que sua mãe era bela”). Mas essas categorias estão longe de dar conta da relação do enunciador com as palavras que ele utiliza. Ora, é precisamente essa relação complexa que se deve destrinchar quando se tenta esclarecer a maneira pela qual os locutores tomam posição em relação às palavras postas no centro de um debate público.

Retomemos as frases: “A palavra da moda para catalogar todos os que criticam os estrangeiros de uma forma ou de outra, virulenta ou não, é ‘xenófobo’. Eu não estou de acordo com esta qualificação”. Se é verdade que esse enunciado decorre globalmente do modo “de dicto”, merece ser analisado detalhadamente. Porque representa ao mesmo tempo uma enunciação do caráter estereotípico e profuso da palavra “xenófobo” (é uma palavra da moda, uma palavra do discurso corrente, uma palavra do “como se diz”), é, por isso, um enunciado que testemunha o caráter circulante da fórmula em um momento dado no espaço público, e um questionamento sobre a adequação dessa palavra ao que ela designa (é uma palavra que simplifica a complexidade do real e que, por essa razão, não se pode aceitar), é, por isso, um comentário que testemunha um dos diversos aspectos do caráter problemático dessa fórmula. Enunciados postos em destaque por Fiala e Ebel alimentariam tais registros. Para a primeira (palavra caracterizada como profusa, tendente a constituir-se como “acontecimento de discurso”, seguindo minhas categorias): “O adjetivo xenófobo, que há quatro anos se empregava com alguma prudência, agora [em 1974] se impôs”. Para a segunda (palavra caracterizada como inadequada ao real): “O problema é complexo; então, que não se empregue mais o termo xenófobo para aqueles que veem na iniciativa uma tentativa de resolver a situação”.

Levar em conta tais enunciados para disso tirar conclusões sobre certo estado de tensão vocabular no campo político e social supõe, é claro, que se leve a sério o que os locutores dizem. Fiala e Ebel faziam isso no princípio, mas não com suficiente precisão, conforme minhas necessidades. Para refinar as categorias da descrição, eu me apoiei em particular nas propostas de Jacqueline Authier-Revuz sobre as formas e os campos de representação da heterogeneidade enunciativa.¹ Outras leituras também me salvaram do atoleiro a que minha travessia pelos discursos estava destinada (porque não sou, absolutamente, linguista de formação): os trabalhos de Josette Rey-Debove sobre a metalinguagem e sobre autonomia, os de Catherine Fuchs sobre a paráfrase e a reformulação, os de Georges Kleiber sobre a denominação e a designação... Seguramente, tive que adaptar as categorias a meu *corpus* e a minha perspectiva, que é a de uma Análise do Discurso ligada às outras ciências humanas e sociais, mais do que a uma Linguística da língua em sentido estrito. Mas encontrei junto aos linguistas esse rigor obsessivo que nos leva a ser intrépidos. Foi assim que pude – pelo menos é o que eu espero – detalhar os diferentes modos pelos quais os locutores “apostrofam” a fórmula “purificação étnica”, foi assim que pude enveredar pela análise do território da enunciação política e pelo terreno do que dizem realmente, numa diversidade imprevisível, os locutores.

PS: Há, parece, um segundo elemento em sua pesquisa, próximo da noção de fórmula e, no entanto, diferente: *lugares discursivos*. Os protagonistas da guerra que dilacerou a ex-Iugoslávia, bem como os observadores dessa dilaceração, parecem não ter podido interpretar os acontecimentos fora das narrativas de caráter quase mitológico (o *Memorandum* sérvio, *A declaração islâmica* de Izetbogovic...). Por outro lado, se o presente da guerra é apresentado através do prisma deformante desse tipo de narrativa, o futuro parece não poder ser discutido sem o recurso a fórmulas que se apresentam como palavras de ordem agora (“nunca mais isso”, “não acrescentar mais guerra à guerra”). Para os observadores da guerra, há dificuldades em estabilizar os *designantes* pertinentes (“os muçulmanos bósnios”, “os muçulmanos da Bósnia”, “os muçulmanos da Bósnia-Herzegovina”, “os bósnio-sérvios” etc.), ou como o debate se cristaliza sobre esses designantes julgados inadequados (“beligerantes”, “Comunidade Internacional”). Em outras palavras, em seu método, você parece levada a “colorir” sem cessar as zonas de fixação discursivas (lugares, palavras de ordem, designantes), bem como as próprias condições fenomenológicas da dinâmica interdiscursiva. Poderia retomar as considerações epistemológicas

que a guiaram nisso que eu chamo – talvez impropriamente? – de trabalho de “coloração” das zonas de cristalização discursiva?

AKP: Não sei se poderia usar por minha conta a palavra “coloração”, mas isso acentua uma coisa importante: a demarcação desses lugares está condicionada a uma frequência assídua do mapa mudo.* Para os leitores de *Semen* que não leram meu livro, pode ser útil lembrar o que entendo por “lugares discursivos”. No plano formal, eles podem ser textos (ou, mais frequentemente, o que há neles, como o título, por exemplo), unidades lexicais simples ou complexas (aqui estamos nas categorias lexicológicas “clássicas”, por assim dizer), associações léxico-sintáticas (por exemplo, a associação “não poder dizer que sabe”, realizada em formulações como “Não podemos dizer que não sabemos” ou “não se pode dizer, no entanto, como há cinquenta anos: ‘A gente não sabia’”), ou, eventualmente, datas (por exemplo, 28 de junho – de diferentes anos – é convocado como elemento articulador em muitas narrações da história iugoslava), ou números (fui levada a destacar o número 200.000, que se encontra em diversos pontos da narrativa da história iugoslava). No plano de suas funções no discurso, esses lugares discursivos podem fazer o papel de textos-chave, de provas autenticadoras, de índices de historicidade, de *slogans*, de palavras de ordem, de designantes ou, ainda, de fórmulas. É assim que uma fórmula é vista como uma categoria particular de lugar discursivo. Assim é que é possível apoiar-se na noção de lugar discursivo para fazer a análise do que se chama comumente de “pequenas frases” (como a de Mitterrand, em 1982, que você evocou – “acrescentar mais guerra à guerra não resolve nada” – e que eu de fato estudei), um canteiro de trabalho apaixonante e que me encoraja a percorrer, ao mesmo tempo, a vida política e os funcionamentos midiáticos.

Além da variedade de suas formas e de suas funções, esses lugares discursivos me interessam por duas razões distintas. Por um lado, eles testemunham o modo como os autores aí se situam para proferir um discurso (sobre as guerras iugoslavas ou sobre qualquer outro assunto). Para organizar suas falas, os comentaristas se valem de marcas materiais (que relevam de uma materialidade discursiva), de pontos de ancoragem que partilham com outros locutores, mas que eles investem de uma maneira que lhes é própria (o que faz a especificidade

* N.T.: *Mapa mudo* ou *fundo de carta* (*fond de carte*, no original) é um tipo de mapa que não fornece informações do lugar que representa, é um mapa “em branco” que tem finalidade didática, isto é, permite que nele se assinalem elementos geográficos ou que se criem novos mapas sobre essa “base”.

de sua posição político-ideológica ou partidária). Os lugares discursivos são, de fato, materialidades nas quais os comentadores se apoiam para atribuir posições, a si mesmos e aos outros, os lugares pelos quais os locutores circulam, imprimindo sua marca de passagem (sob a forma de uma mudança semântica e/ou referencial, e também de derivação, de comutação, de inserção...), mas ao mesmo tempo deixando-os suficientemente intactos para que outros, por sua vez, possam reconhecê-los e neles ocupar seu lugar. São, então, os próprios locutores que fazem o trabalho de “coloração” que você mencionou. Resta ao pesquisador assinalar esse colorido no terreno do *corpus* e, antes de mais nada, avaliar se ele lhe interessa.

Porque, por outro lado, os lugares discursivos constituem uma escolha teórica e de método por parte do pesquisador. Quero dizer com isso que, se os lugares discursivos existem, é também porque o pesquisador escolhe considerá-los como fatos esclarecedores. Jean-Pierre Faye pretendia “pegar ao vivo a circulação dos significantes” (Krieg-Planque, 2004: 64) (que ele opunha aos “conteúdos”). Aí também eu penso, num certo sentido, que me encontro no projeto de Faye. Trata-se de fazer a escolha de um modo de selecionar *corpora* pelas materialidades que os comentadores tomam emprestado para pôr em ordem discursivamente sua visão do mundo. Procura-se assinalar os “grãos” que se formam no universo discursivo, e depois apreender as questões pelas quais eles são habitados contraditoriamente. Essa assinalação supõe um tipo de trabalho de *corpus* que é, antes de mais nada, uma atividade de frequência dos enunciados, em suma, um trabalho que é uma prática de *leitura*.

PS: Se bem entendo, a noção de “lugares discursivos” se apoia em vários dos conceitos que são centrais na sua teoria do discurso. No entanto, no seu livro, o capítulo sobre os lugares discursivos é apresentado como um capítulo que apenas “introduz” o estudo da própria fórmula “purificação étnica”. Como conceber esse conjunto complexo?

AKP: De fato, a pesquisa sobre os lugares discursivos não é dissociável de outros aspectos do trabalho: de um lado, do que concerne aos acontecimentos e aos períodos da mediação das guerras iugoslavas; de outro, do que recai mais essencialmente sobre a própria fórmula “purificação étnica”.

No livro, a primeira parte se chama “A fórmula e seus contextos: os discursos sobre a guerra iugoslava”. Nela, lê-se uma análise dos acontecimentos e dos períodos que marcam a mediação do conflito, considerado como substrato acontecimental do percurso da fórmula. Depois, há o capítulo sobre os “lugares discursivos”, lugares discursivos que concebo como a trama

léxico-discursiva da fórmula. Toda essa primeira parte se destina a possibilitar a leitura da segunda parte, que é consagrada à análise da fórmula “purificação étnica” propriamente dita.

Para explicar esse plano pouco acadêmico, a saída mais simples é que eu diga como, um tanto biograficamente (no fundo, estamos todos sempre lá...), as coisas se passaram. Vou assumir o risco de justificar “a ciência” pela biografia. Isso tornará minha exposição mais clara e, no fim das contas, essa “ego-história” estará bem de acordo com o que eu penso ser a pesquisa.

No início (eu me situo em 1994, quando comecei minha tese), eu só me interessava pela própria formulação “purificação étnica”. Eu me inscrevia, então, na perspectiva de uma lexicologia sociopolítica muito estreita, antes de frequentar o curso de Jacqueline Authier-Revuz, que me tornaria atenta às aspas que enquadravam essa expressão e, mais amplamente, às glosas de modalização autonímica das quais frequentemente “purificação étnica” era acompanhada. Tratava-se, “simplesmente”, no começo, de seguir um signo e as múltiplas complicações que ele claramente impunha a seus utilizadores. Mas, à medida que tentava progredir nessa via, era confrontada com a realidade do contexto de discurso pelo qual a fórmula “purificação étnica”, apesar de seu poder intrínseco considerável, é em parte determinada. Assim, fui levada a estabelecer uma periodização de discursos midiáticos que se relacionavam ao espaço iugoslavo de 1980 a 1995, incluindo aí tarefas de análise de conteúdo (medida do espaço consagrado à Iugoslávia durante quinze anos, em dois semanários de informação geral; destaque das “primeiras páginas” destinadas ao assunto etc.). Dessa necessária colocação em contexto (mas no sentido em que o discurso é ele mesmo seu próprio contexto, e não no sentido em que o extradiscursivo seria o contexto do discurso) nasceram os que são agora os capítulos da primeira parte do livro: “Acontecimentos e períodos: os discursos sobre a guerra iugoslava” e “Sobre os lugares discursivos: a trama léxico-discursiva do percurso da fórmula”. Desenvolvi essas duas frentes até o final, um pouco como no caso de se tratar de duas pequenas teses em uma tese maior. Ambas parecem muito esclarecedoras para a compreensão da própria fórmula. Por exemplo, a análise dos discursos que se referiam ao acontecimento “descoberta das violações sistemáticas” (inverno de 1992-1993) e o estudo da própria construção desse acontecimento permitem observar como a fórmula “purificação étnica” se encontra investida de significações novas (o crime de filiação, conjeturas sobre a contaminação da ascendência e da descendência, considerações sobre a identidade muçulmana dos bósnios, sobre o lugar do

“filho do inimigo” na comunidade...), já que até aqui a fórmula era muito marcada pelo acontecimento precedente: o da “descoberta dos campos sérvios na Bósnia”, que, em agosto de 1992, havia desencadeado o aparecimento da fórmula “purificação étnica”, ao mesmo tempo em que remetia a referência ao nazismo e a uma lógica de exterminação física.

Graças especialmente a esses dados marginais – que nem deveriam ter existido – é que esse trabalho, embora sendo claramente uma pesquisa em Análise de Discurso, não é em nada “desrealizante” ou “descontextualizada” ou “nominalista” ou “logocentrada”... termos que certos colegas de outras disciplinas às vezes jogam na cara dos que se interessam pela linguagem. Aqui, o reconhecimento pleno e total dos fatos de discurso milita em favor de um reconhecimento do real histórico e humano.

PS: A epistemologia de seu livro se situa em Análise do Discurso. Mas, além disso, você se interessa de perto pela mídia, seu livro aparece na coleção “Communications”, e você leciona atualmente em um departamento de Comunicação Política e Pública. Como você vê o lugar desse trabalho nas Ciências da Informação e da Comunicação, ou nos estudos da mídia?

AKP: O lugar em geral, eu não saberia dizer... Simplesmente percebo que consegui não responder àquilo que, a meu ver, é uma das grandes questões aporéticas no estudo da mídia: a questão da “imagem de” ou da “representação de” (a imagem da China, do terrorismo, da Córsega, dos grevistas da Michelin, do Tour de France ciclista, de Chirac, das biotecnologias...). Em Ciências da Informação e da Comunicação, alguns estudantes se voltam para a Semiologia, a Semiótica, as Ciências da Linguagem, a Análise do Discurso etc., com a ideia de que abordagens dessa natureza vão permitir que se descreva a maneira pela qual a mídia “trata os acontecimentos”, mostrar como a mídia dá mais ou menos conta do real, talvez o “reflita” ou o “deforme” mais ou menos, é mais ou menos “neutra” ou “objetiva”. É preciso sair desse tipo de questionamento, que é tão pouco ou tão mal problematizado, que manifesta, em geral, uma grande indigência teórica, e cujas respostas só podem decepcionar. Para superar isso, ou seja, para sair disso, é preciso tomar o próprio discurso como objeto, e assumir essa posição até o fim. Fazendo isso, opera-se uma renúncia; não chega a ser *dar uma volta*, mas talvez fazer um contorno hábil ou, digamos, uma audaciosa e astuta mudança de abordagem. Porque, afinal, trata-se de abandonar o real no seu aspecto inexistente (sua imagem, que não existe em nenhum lugar – ou que pode ser tomada apenas como o real da imagem) para dar conta dele por meio de uma abordagem consistente

(o discurso que o constitui). Caso se aceite tomar o discurso como objeto, é exatamente o real que se encontra no fim do percurso, já que os discursos são uma matéria constitutiva do real.

De minha parte, não respondi de forma alguma a uma pergunta que seria sobre a “imagem das guerras iugoslavas na imprensa francesa” ou sobre “a representação da Iugoslávia na imprensa francesa de 1980 a 1994”. No entanto, fazendo uma descrição minuciosa do que foi dito e escrito sobre o espaço geopolítico e sobre essas guerras – mas que é uma descrição voluntariamente orientada para os objetos encontrados no caminho da leitura –, digo alguma coisa sobre a maneira como esse espaço e essas guerras são representadas e postas em narrativa. Expressei minhas distâncias em relação ao projeto de Faye. Mas eu posso uma vez mais sublinhar o que nele me concerne. Faye empreende, por meio da supernarrativa, um “processo de conhecimento”, como escreveu. Já eu, creio na possibilidade de um processo de conhecimento que se opera pelo estabelecimento e a ordenação de fatos do discurso. Trata-se de uma das formas que a Análise do Discurso pode assumir.

A articulação com as Ciências da Informação e da Comunicação pode se dar de diferentes maneiras. Por exemplo, se eu me detiver num dos domínios aos quais nossa equipe do Céditec tem se dedicado, podemos imaginar que a Análise do Discurso contribui para o estudo das práticas profissionais de comunicação. De fato, podemos definir a comunicação como a antecipação das práticas de retomada, de transformação e de reformulação dos enunciados e de seus conteúdos: elaborar “elementos de linguagem”, ater-se, em seus propósitos, aos termos que funcionam como marcadores de formação discursiva, considerar a palavra nos momentos e formatos reiterados na mídia e/ou pelos interlocutores, criar e integrar fragmentos de enunciados facilmente destacáveis sob a forma de citações palavra por palavra ou de pequenas frases, incorporar em seu próprio discurso ou no preenchimento de formulários (indicadores, fichas, maquetes, licitações, contratos...) elementos do léxico institucional esperado... Com essa definição, a compreensão do trabalho dos comunicadores (ou dos que, sem estar investidos dessa missão, devem integrar a função comunicativa em suas atividades) passa necessariamente, em parte, por uma análise discursiva.

Método e campo de estudo

PS: No que diz respeito à contagem, com o que isso aí supõe de restrições formais, todo um novo panorama de trabalho vem remodelar ou, pelo menos, refinar a noção inicial de fórmula: a gente percebe que o que você considera como fórmula é, na realidade, *um conjunto de variantes*; a gente vê que as variações parecem regradas ou pelo menos restringidas pelas disposições e restrições derivacionais – quer dizer, propriamente linguísticas – das bases lexicais, que a noção de frequência não se basta, mas que uma sequência verbal não se torna uma fórmula senão quando sua referência é discursiva, e não “mundana” (como é o caso do termo “avalanche”, que não manifesta uma fórmula mesmo se o encontramos com certa frequência, na medida em que ele é utilizado por jornalistas para referir uma efetiva catástrofe natural conjuntural).

Você poderia explicar, em linhas gerais, que tipo de contagem fez, em que restrições esbarrou, quais obstáculos epistemológicos foi preciso evitar e a que resultados mais amplos chegou?

AKP: A questão da demarcação e da contagem das ocorrências da fórmula é fascinante (foi assim no caso de “purificação étnica”; assim será no caso de outras fórmulas), pois essa questão retoma – se é que se pretendeu esvaziá-la – a questão do papel da interpretação na construção do *corpus*. Ela mostra que, desde o início do trabalho, precisam entrar em ação a interpretação e a inteligência humana para tratar os dados.

A fórmula “purificação étnica” reúne, como você assinalou, um conjunto de variantes: “purificação étnica”, “limpeza étnica”, “depuração étnica”, “eticamente puro”, “eticamente puras”, “pureza étnica”, “limpadores étnicos”, “impurezas étnicas”, “depuraram etnicamente”, “teriam etnicamente purificado”... Cito aqui as variantes que associam um elemento do campo derivacional dos radicais “pur-” e “limp-” ou “depur-” e um derivado de “etnic-”. Mas é preciso, ainda, acrescentar as que são constituídas por um só termo: certamente “purificação”, “limpeza”, “depuração”, mas também, por exemplo, “pureza”, “limpador” ou “puro” (incluindo as devidas concordâncias de gênero e número). Eu não fiz a lematização. No total, são 136 variantes distintas no conjunto do *corpus* (e a lista está aberta a novas variantes, que podem aparecer em outros textos e/ou em outros periódicos, sobretudo se levarmos em conta as formas flexionadas dos verbos). Às formulas que acabo de enumerar, acrescentaria os desdobramentos da fórmula por meio dos quais são criadas novas chamadas

(“purificação ideológica”, “limpeza étnico-culinária”, “depuração cultural”, “limpeza do clã”...).

A lista das formulações que podemos pôr em relevo é vasta. Mas não é porque não importa que ocorrência e em que contexto aparece o verbo “purificar”, ou o substantivo “limpeza”, ou o adjetivo “puro”... Não se pode considerar qualquer aparição desses termos como ocorrência da fórmula! Eis que surge aí – e com que barulho! – a questão que se põe ao analista, este que, no entanto, gostaria de ter controle da contagem das ocorrências da fórmula (o que me parece necessário no caso de um estudo em que a entrada lexical é o aspecto central). Estamos, aqui, frente a um dos aspectos da filtragem dos dados de que você falava na sua pergunta. Os critérios estritamente formais podem não ser suficientes, pois uma dada forma, num dado emprego, remete à fórmula (“As milícias depuram Mostar”), em outro, não remete (“As filiais do Crédit lyonnais depuram suas contas”). Também não podemos filtrar os dados em função de critérios temáticos ligados ao assunto do artigo, pois não só todas as ocorrências de uma forma no contexto temático “Iugoslávia” não remetem razoavelmente à fórmula (por exemplo, “O plano de partilha da Bósnia será submetido a um acordo puramente formal” ou “Para tratar as águas utilizadas, a Iugoslávia só tem uma estação de depuração de porte”), como também, e sobretudo, o estudo implica que demarquemos a propagação em quadros não-iugoslavos e, em consequência, que retenhamos os aparecimentos da fórmula em contextos em que ela refere, por exemplo, a reconquista da Irlanda por Cromwell em 1649; a situação de Nouba, no Sudão; os atos racistas cometidos na França e muitos outros acontecimentos bastante variados, uma vez que os locutores testemunham com isso coisas imprevisíveis (por exemplo, fala-se de “purificação étnica da população de surdos” na França ou, ainda, vemos aparecer a expressão “limpeza linguística” a propósito da lei Toubon sobre a língua francesa). Somos levados, assim, a dizer que uma ocorrência da fórmula “purificação étnica” é uma unidade lexical simples ou complexa que, afirmada no contexto de um dado enunciado, remete à fórmula segundo uma interpretação razoável desse enunciado. Isso tem uma incidência sobre o uso que podemos fazer da informática. Eu me vi confrontada com isso quando quis utilizar o CD-ROM do *Le Monde* (o único jornal digitalizado à época em que eu construía o *corpus*, mas as coisas mudaram consideravelmente desde então): com a definição que propus para fórmula, eu me vi com milhares de artigos selecionados, pois bastava que o artigo contivesse pelo menos uma vez não importa que termo derivado de

“pur-”, “limp” ou “depur-” (mas eu não podia fazer menos, seguindo minha concepção da fórmula e do discurso).

Em seguida, li todos os artigos (que exportei e pus em formato texto, em Word) e retive os que pareciam conter o termo marcado pelo computador segundo os critérios formais remetessem à fórmula, de acordo com uma interpretação razoável do enunciado. O mais eficaz, no fim das contas, é ler tudo, como eu tinha feito com as coleções integrais do *Nouvel Observateur* ou do *L'Express*, incluindo as rubricas moda e decoração. Pude, com isso, revelar o conjunto de propagações e de desdobramentos, e atestar a circulação da fórmula em contextos que eu nunca teria imaginado. Dito isso, eu reconheço que essa maneira de trabalhar, por mais interessante que seja no plano intelectual e científico, levanta a questão do tempo que podemos consagrar ao trabalho. Digo ainda que (porque eu não gostaria que minhas propostas fossem recebidas como uma acusação, num sistema da pesquisa universitária francesa que é culpabilizante e injusto a esse ponto) essa questão do tempo não é só um dado da natureza (no sentido de que, haja o que houver, o dia tem só 24 horas), nem apenas uma questão individual (cada um tem suas restrições individuais e sua energia produtiva), é também uma questão institucional. A instituição dá cada vez menos tempo aos que dão a ela existência, aos que a vivificam, e que, no fim das contas, são supostamente os encarregados de cumprir as promessas que ela faz.

PS: Você acabou de usar em várias passagens a expressão “interpretação razoável”. Você a usou por usar ou se trata de uma noção?

AKP: Não, eu não usei essa expressão sem rigor; trata-se de fato de uma noção. Mas não tive ocasião, no livro, de desenvolver esse tópico. Então emprego furtivamente a noção de “interpretante razoável” num artigo – publicado pela *Semem 22* – sobre a questão da identificação de um segmento glosado por um comentário metadiscursivo. Fui levada a propor a noção de “interpretante razoável” na tese, precisamente no quadro da questão que acabo de evocar: a da identificação de um objeto discursivo e precisamente a da identificação da presença de uma fórmula através das ocorrências de unidades lexicais. Uma pessoa que estudasse a fórmula “desenvolvimento sustentável” enfrentaria a mesma interrogação: até onde essa fórmula está presente em tal ou qual ocorrência do adjetivo “sustentável”, do verbo “sustentar”, dos substantivos “sustentação”, “sustentabilidade” etc.? É uma questão vertiginosa, cheia de emoções perturbadoras, mas que é preciso se pôr.

Como não se sentir limitado a um funcionamento de computador e, então, entregar-se a uma hermenêutica livre sobre a qual nenhum colega garante que é

séria? Na medida em que eu não queria renunciar a compatibilizar as ocorrências, era preciso ser capaz de cortar, diante de cada formulação, e decidir que a fórmula estava “ali” e não “lá”. Eu sabia (inclusive pela leitura – que põe em relevo, a cada contato, pontos diferentes – de M. Bakhtin, Michel Pêcheux, Paul Henry, Jean-Jacques Courtine, Jacqueline Authier-Revuz, Jean-Claude Milner, Jean-Jacques Lecercle e outros, que me abriram os olhos para isso) que essa decisão era tomada na singularidade dos discursos, no caráter irreprodutível do interdiscurso em que vivo, como sujeito falante e interpretante. Nós não somos naturalmente interpretantes razoáveis, mas podemos fazer esforços para nos tornar razoáveis no momento do trabalho intelectual. O interpretante razoável é aquele que não é nem inteiramente invadido pelo já-dito de toda palavra, aturdido pelo dialogismo no qual cada palavra se produz, sufocado pela memória interdiscursiva de que o mais singelo dos discursos é depositário (esse interpretante veria a fórmula “purificação étnica” ao passar por uma tinturaria: “lavagem a seco”), nem inteiramente preso aos grilhões do dicionário e da gramática mais tradicional, que ele reconhece como parâmetros de representação de uma língua “correta” (esse interpretante não veria a fórmula “purificação étnica” senão na conformidade da ocorrência encontrada com uma lista prévia fechada). Por meio dessa noção de “interpretante razoável”, e me situando durante o tempo de trabalho nesse interregno desconfortável e construído por hipótese, tentei considerar do melhor modo possível os mecanismos de construção dos sentidos, mecanismos que fazem com que tal sequência tenha eco na fórmula “purificação étnica” aqui, ainda que a mesma sequência (quer dizer, formalmente idêntica) não tenha tal repercussão noutros lugares.

Um cientista – acho que isso vale para todas as ciências humanas e sociais, e possivelmente para as outras ciências – tem uma espécie de sensibilidade anormalmente atenta a seu objeto. Ele percebe ruídos escondidos, vibrações, finas estrias e pequenos intumescimentos que outros não veem. Essa receptividade tem força científica. Mas Ferdinand de Saussure, Mallarmé ou Louis Wolfson testemunham que ficamos fragilizados ao ver na língua coisas que não deveríamos ver (e aí você é alguém que pode muito bem dizer, Philippe, já que você é um conhecedor da matéria psicanalítica, o que se pode incluir nesse “coisas que não deveríamos ver”). Acho que, na verdade, todos os que trabalham com a língua ou com o discurso são levados a fazer o esforço de considerar a si próprios como interpretantes razoáveis, a fazer de conta que não veem o que de fato veem. Mas talvez nem todos tenham sentido a necessidade que senti de explicitar uma noção para assumir esse comportamento.

PS: Ao assumir essa relação com seu *corpus*, como “interpretante razoável”, você pôde se dedicar à contagem e ao estabelecimento de resultados quantificados.

AKP: Eu quero evitar a repetição do que está no livro, porque é possível ir lá olhar depois e seria muito longa uma apresentação agora, mesmo que só do essencial. Vou preferir apresentar alguns elementos que sugerem a diversidade das conclusões que podemos tirar.

Podemos nos interessar pela fórmula com todas as variantes misturadas e, por exemplo, focalizar as frequências no tempo. Vemos, então, desenharem-se dois períodos distintos. De 1980 até o primeiro trimestre de 1992, as frequências são fracas e as aparições, dispersas (por exemplo, encontramos no máximo duas ocorrências em um mês do *Le Monde* ou, ainda, no *L'Express*, um intervalo de seis anos entre uma dada ocorrência em julho de 1985 e a seguinte, em setembro de 1991). Esse período corresponde à existência do que chamo de “protórmula (da qual só sabemos *a posteriori* que prefigura a fórmula) ou, dito de outro modo, a gênese da fórmula. Do segundo trimestre de 1992 a dezembro de 1994 (data que corresponde ao fechamento arbitrário do *corpus*), as frequências são claramente mais elevadas e, as aparições, muito próximas. Há um engajamento no regime formulaico. Entre os dois períodos, há uma curta fase de intensa circulação, cujo estudo detalhado é muito interessante, mas não há espaço, aqui, para retomar isso. A observação das frequências em diacronia, sempre com todas as variantes misturadas, permite também ver que o ritmo da fórmula é, em parte (em parte, apenas, e decerto com diferenças expressivas de um jornal a outro), ligado à dita “acontecimentalidade” midiática. Agosto de 1992, que é marcado pela “descoberta dos campos sérvios na Bósnia”, é característico nesse aspecto: há, no curso só desse mês, 121 ocorrências da fórmula no *Le Monde*, 16 no *Nouvel Observateur*, 8 no *L'Express*. No mês de setembro, esses números caem brutalmente – 22, 6, 1, respectivamente. Outros picos se manifestarão com a “descoberta das violações sistemáticas” no inverno de 1992-1993, o “massacre do mercado em Sarajevo” em fevereiro de 1994...

Em segundo lugar, podemos considerar a fórmula nos detalhes das variantes que a compõem. Essa quantificação permite constatar que existe uma hierarquia de variantes e é relativamente estável de um jornal a outro: misturando todos os períodos, “purificação étnica”, “limpeza étnica” e “depuração étnica” são as três variantes mais frequentes, sempre nessa ordem. Esses sintagmas são três variantes prototípicas da fórmula, e “purificação étnica” pode ser tomada como a mais prototípica das três (daí que eu fale da “fórmula ‘purificação étnica’”).

Para além dessas três expressões, é, sobretudo a instabilidade que caracteriza a hierarquia das variantes, conferindo a essas outras formulações um caráter bem mais contingente na narração do conflito iugoslavo (“purificadores étnicos”, “limpar etnicamente”, “depuradores...”). A preeminência das nominalizações de ações no singular acompanhadas do adjetivo “étnico” é evidente. Apreendendo no detalhe as variantes, podemos também pôr à luz uma especificidade da gênese da fórmula: percebemos que a quase totalidade das ocorrências da fórmula anteriores à primavera de 1992 são aparições do sintagma adjetival “eticamente pur(o/a) (s)”, enquanto mais adiante a fórmula se realizará através de pelo menos 136 variantes diferentes. Eu não tenho como explicar isso, mas é patente como essa transformação da nominalização em sintagma adjetival está notoriamente ligada à complexidade que os discursos suportam.

Eu também estudei a data em que uma ou outra variante aparece pela primeira vez. Isso permitiu perceber de uma só vez a relação da fórmula com a acontecimentalidade e a hierarquia das variantes (de novo, mas de outra maneira). No *Libération*, uma variante prototípica da fórmula se manifesta pela primeiríssima vez em 27 de maio de 1992, e se trata de “purificação étnica”. Trata-se também de “purificação étnica” no *La Croix* (em 28 de maio), na *Le Figaro Magazine* (em 5 de junho), no *Le Figaro* (em 9 de junho), no *Rivarol* (em 12 de junho), no *L’Humanité* (em 6 de julho), no *Le Quotidien de Paris* (em 13 de julho), no *France-Soir* (em 24 de julho)... Dos 24 suportes considerados nessa contagem, só um (o *Minute*, em 12 de agosto) usa “depuração étnica” como primeira das variantes prototípicas utilizadas. Noutros periódicos, em 20 de agosto de 1992, apareceram pelo menos três variantes: é bastante claro que nessa data a fórmula se tornou uma passagem obrigatória na narrativa midiática da guerra iugoslava (os “campos” ganhavam as manchetes desde 3 de agosto). Sobre isso, eu vou dar só alguns elementos rapidamente e, para detalhamentos, remeto ao livro e à tese.

Eu me interessei especificamente pelas propagações da fórmula em quadros não-iugoslavos, como disse há pouco. A que acontecimentos elas se referem? Quando se produzem? De que são feitas? Sobre isso, por exemplo, é pertinente salientar que, se a fórmula designa a repressão da insurreição vendeana* de 1793-1794, os locutores envolvidos são principalmente Philippe

* N.T.: Guerra de Vendée é o nome dado a uma guerra civil de três anos que aconteceu no curso da Revolução Francesa, na qual os *partisans* se opuseram aos adversários do movimento revolucionário que, nessa região, eram cristãos monarquistas.

de Villiers, *Minute*, *Le Figaro* e *Le Figaro Magazine*. Estudei também os desdobramentos de que falei há pouco, que fazem da fórmula uma matriz denominativa produtiva, o que é constitutivo do fenômeno formulaico. Questões importantes não param de surgir. Por exemplo, como essas propagações e esses desdobramentos nos ajudam a pensar a semântica referencial própria à fórmula “purificação étnica”, como ela pode funcionar tanto como nome próprio de um acontecimento como nova categoria denominativa...

PS: Resultados expressivos – e inúmeras questões teóricas e de método na análise dos discursos políticos e midiáticos – aparecem na observação da contagem de ocorrências da fórmula. Mas você não quantificou só isso. Você também se dedicou a contar os empregos opacos ou opacificados. Você pode falar um pouco sobre isso?

AKP: Sim, é o que eu chamei, por falta de expressão melhor, de “registros e problematização”. Com essa abordagem da fórmula em sua dimensão metadiscursiva, a frequência do *corpus* “no nível do texto” conta mais ainda. Alguns diriam que essa parte do trabalho decorre inteiramente de uma abordagem “qualitativa” (mas eu não gosto dessa distinção “qualitativa/quantitativa”). Entretanto, a partir do momento em que percebi que era possível estabelecer categorias que regeriam a análise dos enunciados (“a fórmula como acontecimento de discurso”, “a fórmula confrontada à pluralidade de suas expressões”, “a fórmula e sua dinâmica de significação”, “uma fórmula confrontada a um exterior discursivo”, “a fórmula confrontada à nomenclatura do real”...), deveria ser possível contar o número de enunciados concernentes a cada uma. Quando fazemos o esforço de organizar categorias de descrição (jamais definitivas, claro, jamais satisfatórias), é uma pena não ir até o fim, uma pena não mostrar aos olhos de outros isso que acabamos fazendo, de modo que os outros possam verificar (não para fiscalizar propriamente, mas para experimentar usos pessoais e novos).

Eu quantifiquei os resultados relativos a esse domínio. Um quadro no fim do livro (p. 445-47) recapitula esse processo. Entretanto, está claro que é na retomada de cada enunciado e na análise detalhada que proponho deles, tomando o cuidado de preservar toda sua materialidade (aspas, itálico, locutor, data, rubrica, gênero, títulos e outros elementos do paratexto...), que reside o interesse do trabalho.

Vou dar um exemplo. Num dado momento eu me dedico às reformulações parafrásticas da fórmula (são 21 ao todo no *corpus*, mas isso não tem importância), as quais podem assumir a forma de justaposição interpretada

como reformulação, de uma relativa restritiva interpretada como tal, de uma restritiva, ou ainda do emprego de um marcador de reformulação parafrástica. No interior desse conjunto, consideremos os enunciados que, para emitir uma significação da fórmula, recorrem a uma outra variante (mas que pode pertencer à mesma categoria morfossintática e/ou à mesma classe derivacional). Eis um exemplo: “A ‘purificação étnica’ – a caça às populações ‘inimigas’ dos territórios conquistados para serem regiões ‘eticamente puras’ – está no coração da crise dos refugiados” (Soulé, 1992: 4). Acontece que há, no *corpus*, dois enunciados ao todo que, como nessa reportagem, recorrem a uma variante adjetival da fórmula para formar a paráfrase de uma variante nominal. Pouco importa que existam dois, três ou cinco enunciados desse tipo, esse enunciado merece comentários.

Antes de mais nada, ele mostra quanto o investimento semântico e referencial de “purificação étnica” resiste aos comentadores da guerra iugoslava. Esse tipo de paráfrase, cuja aparição surpreenderia menos num dicionário de língua (sabemos que ele se autoriza uma certa circularidade – “artesanal: relativo ao artesanato”), é menos esperada no contexto de um artigo da imprensa. Se o emparelhamento de “purificação” e “a ação de caçar” certamente tem virtudes didáticas quanto à significação da fórmula (a paráfrase, nesse sentido, é eficaz), esta última parece, apesar dos pesares, não se prestar a uma reformulação plena e inteira, e não pode se definir senão passando por uma outra forma de si mesma.

Depois, eu notei que essa reportagem aparece na edição de 29 de julho de 1992, no momento em que a fórmula está começando sua longa trajetória. A reformulação parafrástica assinala o caráter neológico (assim percebido) da fórmula, confirmando observações antigas dos linguistas sobre os índices da sensação de neologia. De fato, 12 dos 21 enunciados aparecem ao longo de dois meses que separam 27 de junho de 27 de agosto de 1992, ou seja, no período de expansão máxima da fórmula no universo discursivo.

Aportes históricos e sociológicos

PS: Ainda há, no seu livro, pesquisas propriamente históricas e sociológicas: a origem da fórmula, sua gênese, sua presença vazia nos discursos que preparam o terreno para sua vinda, seu destino, sua circulação, quer dizer, o nome, o estatuto dos enunciadores, o circuito material de difusão e de modi-

ficação da fórmula; logo depois você se debruçou sobre as cenas enunciativas da fórmula na argumentação e na contra-argumentação social. Esse conjunto é fascinante. Ele põe de saída uma questão para análises do mesmo tipo: esclarecimento dos determinantes de um debate histórico, que conduz simetricamente a desvendar a estrutura ou as regularidades fortes da dinâmica dialógica que Bakhtin descreveu programaticamente. Nesse quadro, que elementos você acha necessário explorar agora?

AKP: Eu não sei se todo mundo estará de acordo em falar em pesquisas históricas e sociológicas, uma vez que eu não saí dos textos, que eu olhei para eles como objetos de minha investigação (e não como meios de aceder a outra coisa). Num certo sentido, do meu ponto de vista, há História e Sociologia nesse trabalho, e colegas de disciplina veem assim também. Mas são uma História e uma Sociologia um tanto particulares: daquelas que podemos apreender nos discursos como produções situadas (esse locutor, dessa geração, dessa profissão, sustentando tais opiniões e tais situações, movendo-se em tais redes de frequência e de interdependência, submetido a tais coerções, falando ou escrevendo em uma dada língua...). É preciso documentar os discursos, no sentido de informá-los, instruí-los. Então existem os “observáveis em discurso”, que são tanto um objeto de pesquisa à parte quanto um quadro de análise. Quando digo “observáveis em discurso”, entendo por isso que os discursos podem ser um lugar de observação de práticas que contribuíram para produzi-los. Nesse estudo, por se tratar de um *corpus* centrado em artigos da imprensa escrita, são, antes de mais nada, as práticas e as normas da profissão jornalística que aparecem como “observáveis em discurso”: relações com as fontes de informação e depoimento, divisão do trabalho nas redações, as normas de escrita... A maneira como o *corpus* indica de que modo a fórmula “purificação étnica” chega por divulgação aos feudos da imprensa francesa – por divulgação individual, mas em viagem organizada, como explico em meu livro – é uma ilustração disso. Em *Studies in Ethnomethodology*, Harold Garfinkel mostra que os dispositivos dos relatórios clínicos informavam tanto sobre a organização do sistema hospitalar quanto sobre o doente: o documento ensina sobre o dispositivo que o produz. A noção de “observáveis em discurso” faz parte de uma reflexão dessa natureza, que pode contribuir para uma conexão entre a Análise do Discurso e outras disciplinas ou domínios de pesquisa.

Esses “observáveis em discurso” fazem parte das ideias a partir das quais eu poderia seguir um trabalho sobre o material que reuni para o estudo da fórmula “purificação étnica”. Porque, apesar da tese, do livro e de alguns

artigos publicados na mesma direção, estou longe de ter tratado exaustivamente desse *corpus*. Por exemplo, eu não pude explorar as pequenas investigações que fiz sobre a imprensa estrangeira (Espanha, Itália, Vaticano, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos), por meio das quais eu gostaria de investigar o caráter específico (ou não) da memória interdiscursiva: procurei precedentes e empregos da fórmula “purificação étnica” em diferentes línguas, para chegar a um questionamento sobre a existência de memórias interdiscursivas transnacionais e/ou translinguísticas. E também não tive ocasião de partilhar toda a reflexão suscitada pelo próprio fato de haver muitas variantes e ser possível estabelecer uma hierarquia entre elas. Assim, quando eu digo que “purificação étnica”, “limpeza étnica” e “depuração étnica” são três variantes prototípicas da fórmula (e que “purificação étnica” é a mais prototípica das três), eu me apoio, claro, em critérios quantitativos de frequência, mas também em uma gama de outros fatos de discurso. Por exemplo, sobre o fato de que as traduções de uma língua estrangeira para o francês têm tendência a “gerar” a expressão “purificação étnica” mais do que as duas outras (digo isso porque explorei um pouco também os fatos de tradução). A análise da prática de reescritura dos textos por instituições como a ONU ou, ainda, a observação de dicionários de língua e de léxicos permitem chegar a conclusões da mesma ordem. Esses fatos de discurso são microscópicos, minúsculos (no sentido de se perderem no vasto *corpus* que, *a priori*, não foi constituído para lhes dar visibilidade). Mas, se numa visitação de reconhecimento do *corpus* continuamente reiterada se chega a encontrá-los, é possível ver que eles testemunham práticas discursivas tão conclusivas quanto as medições estatísticas que podemos fazer complementarmente. Sobre isso, uma pessoa que trabalhasse com “mundialização” e “globalização”, ou com “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento durável” e “crescimento durável”, enfrentaria questionamentos do mesmo tipo.

Essas análises podem ser integradas a pesquisas mais amplas, notadamente sobre os fatos de comunicação. Se, como propus há pouco, enxergamos a comunicação como um conjunto de atitudes profissionais relativas à antecipação de práticas de retomada, de transformação e de reformulação de enunciados e de seus conteúdos, a análise das fórmulas, tal como a vejo, é parte prenha de uma análise do discurso profundamente dependente dos estudos históricos e sociológicos.

PS: As fórmulas de que você falou agora são fórmulas sobre as quais você está trabalhando atualmente?

AKP: Um pouco. Mas não tanto quanto elas mereceriam. Porque o fato é que elas requerem análises aprofundadas, ao lado dos trabalhos dos quais elas já foram objeto em Sociologia Política, em História das Ideias Políticas ou em Ciências Econômicas. Eu cheguei a começar uma pesquisa sobre a fórmula bífida “direito de ingerência (humanitária)”/“dever de ingerência (humanitária)”, mas acabei não levando a termo. A fórmula “desenvolvimento sustentável” é também apreensível. Essa expressão e suas vizinhanças amalgamam objetos notadamente diversos. É fascinante estabelecer essa constatação, sobretudo fazer a coleta meticulosa tanto das formulações quanto dos domínios referenciais que os locutores visam com esses termos. Um tal “ideologema” só pode encorajar os contradiscursos que, de fato, não cessam de ser enunciados através de discursos que preconizam “decrecimento” (“decrecimento” simplesmente ou “decrecimento sustentável” ou “decrecimento durável” ou “decrecimento equitativo”...). Dispomos, aqui, de uma ilustração gloriosa do dialogismo: o discurso sobre o “desenvolvimento sustentável” se representa como uma reação (mas uma reação de certo modo “progressista” ou, pelo menos, “progressiva”) ao que seriam os “excessos”, os “defeitos”, os “efeitos perversos” do modelo socioeconômico dominante do “crescimento”; quanto ao discurso sobre o “decrecimento” – cujos partidários identificaram quanto do “desenvolvimento durável” se poderia (re)passar, via “crescimento sustentável”, às formas do “crescimento industrial” e do “crescimento econômico” – se dá a ver como contradiscurso. Todos dois, o discurso do “desenvolvimento sustentável” e o discurso do “decrecimento”, pretendem muito seriamente salvar o mundo, o homem e o planeta. Temos aí dois vigorosos polos ideológicos encarnados em unidades lexicais elaboradas dialogicamente. Esse nebuloso conjunto de fórmulas e o modo como ele ilustra a noção de “contradiscurso” são fascinantes de estudar, com recurso a *corpora* bem abertos e diversificados.

O discurso como objeto

PS: Assim é que seu trabalho está inscrito, com os estudos sobre as “fórmulas” e os “lugares discursivos” e também com a análise dos “contradiscursos”, num verdadeiro programa de Análise do Discurso. O que você nos diria sobre as pesquisas que estão por vir?

AKP: Para além da exploração do *corpus* constituído no estudo da fórmula “purificação étnica”, e para além dos estudos da fórmula em geral, continuo achando que o estudo dos discursos pode oferecer à nossa inteligência muitos esclarecimentos, por menos que desejemos observá-los curiosamente, do nosso modo. Eis aí uma questão de escolha de objeto de pesquisa: o discurso como objeto não é nem mais legítimo nem mais judicioso do que qualquer outro. A Análise do Discurso, do modo como a vejo (mas certamente há outras maneiras de ver e de fazer que não são, mais uma vez, nem mais legítimas ou judiciosas), deve considerar muito seriamente três coisas:

- Conhecimento do trabalho dos linguistas. Um analista do discurso não tem como saber tudo o que fazem os linguistas (mesmo os linguistas não dão conta de saber, dada a especialização dos saberes que afetam o conjunto das ciências). Acrescente-se a isso o caráter necessariamente técnico da Linguística, cujos embasamentos teóricos sutilmente elaborados frequentemente representam um obstáculo real para os que não têm uma formação inicial nesse domínio. No entanto, o analista do discurso não pode deixar de saber o que há na Linguística; sobretudo, deve ser capaz de se informar. Os discursos são produzidos numa língua: a língua me parece realmente como algo de que é impossível se livrar. De saída, o estudo dos discursos passa por um conhecimento de categorias de descrição da língua. O que eu estou dizendo sobre “desenvolvimento sustentável” poderia ser dito (se bem que com palavras um pouco diferentes) por políticos ou economistas. Dá-se o caso de caber à Análise do Discurso que trabalhe em seus quadros teóricos próprios ao mesmo tempo em que com descrições precisas dos enunciados, nas formas materiais verificadas. Quando digo que é preciso saber, em linhas gerais, o que está acontecendo na Linguística e ter aptidão para se informar, falo simplesmente de saber que vias existem e podem ser emprestadas, falo de ser capaz de apreender o que a observação oferece a nossos olhos. Por exemplo, quando se apresenta para minha leitura o enunciado: “Pois Putin já teve a oportunidade de dizer, e o drama de Beslan só pode reforçar sua convicção, a Rússia está vivendo, ela também, seu 11 de setembro” (Troubé, 2004), é saudável que eu saiba como seguir nas pesquisas sobre a descrição definida e o nome próprio, sobre a semântica referencial, sobre as semânticas do protótipo, sobre a antonomásia...

- Uma atenção aos trabalhos em ciências humanas e sociais: História, Ciência Política, Sociologia, Etnologia e Antropologia, Filosofia... Trata-se de conhecer as preocupações dessas disciplinas, viabilizando o contato quando uma delas se aproxima ou quando nós mesmos nos aproximamos. Trata-se também de incluir os conhecimentos que essas disciplinas tornam disponíveis para nossa própria elaboração de saberes. Por exemplo, no estudo dos discursos midiáticos sobre a guerra iugoslava, eu usei diretamente conhecimentos vindos da Sociologia, do Jornalismo e, mais amplamente, trabalhos sobre mídias e sobre a fabricação da informação. Assim também acontece com o enunciado que acabei de citar, sobre “11 de setembro” como nome próprio de um acontecimento, que só poderia ser analisado levando-se em conta conhecimentos relativos às teorias do acontecimento nas abordagens fenomenológicas e nas Ciências da Informação e da Comunicação.
- A constituição de um *corpus* que seja, cada vez mais, *corpus* lido, conhecido, trabalhado, relido, ruminado, revisitado, no tempo, no silêncio, com paciência. Para ver as coisas, é preciso olhar muitas vezes. Nesse sentido é que eu falava há pouco de um trabalho sobre o *corpus* visto como uma *prática de leitura*. Trata-se, aí, de uma *maneira de fazer* que evoco na conclusão do meu livro, pela qual podemos nos pôr disponíveis o bastante para apreender os discursos no interior de sua coerência e de suas contradições, naquilo que faz deles sistemas de explicações. Através dessa maneira de fazer, que prioriza um modo de revisão dos discursos, manifesta-se com alguma insistência o desejo do objeto, assim como, através do interesse pelas categorias de descrição da língua propostas pela Linguística, se manifestava em mim certa permanência do objeto de desejo.

*Tradução de Sírio Possenti
e Luciana Salazar Salgado*

Texto publicado originalmente na revista *Semen*, n. 21, 2006, dossiê *Catégories pour l'analyse du discours politique*. A tradução brasileira foi publicada pela primeira vez na *Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem – Linguasagem*, São Carlos, UFSCar, 6. ed., mar. 2009.

Referências

- COURTINE, J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*. Paris: Larousse, n. 62, jun. 1981, pp. 9-128.
- FAYE, J. *Langages totalitaires: critique de la raison/l'économie/narrative*. Paris: Hermann, 1972, 771 p.
- _____. *Théorie du récit. Introduction aux "Langages totalitaires"*. Paris: Herman, 1972, p. 41.
- _____. *La critique du langage et son économie*. Auvers-sur-Oise: Editions Galilée, série "Langue", 1973, 187, p. 38.
- _____. *Le siècle des idéologies*. Paris: Armand Colin, coleção "Références", 1996a, 195 p.
- _____. *Le langage meurtrier*. Paris: Hermann, coleção "Savoir: Cultures", 1996b, 290 p.
- FIALA, P.; EBEL, M. Recherches sur les discours xénophobes. *Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques*. Neuchâtel, n. 27-28, 1977.
- _____. *Langages xénophobes et consensus national en Suisse (1960-1980): discours institutionnels et langage quotidien; la médiatisation des conflits*. Université de Neuchâtel: Faculté des Lettres, 1983, 432 p. + 22 p.
- KRIEG-PLANQUE, A. *Emergence et emplois de la formule "purification ethnique" dans la presse française (1980-1994): une analyse de discours*. Tese (Doutorado em Ciências de Linguagem) – Université de Paris 13 – Paris-Nord, 9 nov. 2000, 3 vol., 840 p.
- _____. *Purification ethnique: une formule et son histoire*. Paris: CNRS Editions, 2003, 523 p.
- _____. Souligner l'euphémisme: opération savante ou acte d'engagement? Analyse du "jugement d'euphémisation" dans le discours politique. *Semen*, n. 17, jan. 2004, pp. 59-79. Numéro temático: *Argumentation et prise de position: pratiques discursives*, organizado por Ruth Amossy e Roselyne Koren.
- ROBIN, R. L'analyse du discours entre la linguistique et les sciences humaines: l'éternel malentendu. *Langages*. Paris: Larousse, n. 81, mar. 1986, pp. 121-28.
- SOULÉ, V. Dix mille personnes déplacées par jour. *Libération*. 29 jul. 1992.
- TROUBÉ, C. La poudrière du Caucase. *La Vie*, 9 set. 2004, pp. 36-7.